

OS PARÂMETROS ÉTICOS NA AÇÃO GESTORA DE CENTROS DE
SOCIOEDUCAÇÃO MEDIADOS PELA PROPOSTA SOCIOEDUCATIVA.

CURITIBA

2010

FABIO LUIZ MACIEL DA CUNHA

**OS PARÂMETROS ÉTICOS NA AÇÃO GESTORA DE CENTROS DE
SOCIOEDUCAÇÃO MEDIADOS PELA PROPOSTA SOCIOEDUCATIVA.**

Monografia apresentada para obtenção de título de Especialista no curso de Gestão de Centros de Socioeducação ofertado pelo Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Paraná em parceria com a Secretaria de Estado da Criança e da Juventude do Paraná.

Orientadora: Prof^a Dra. Sônia Guariza Miranda.

CURITIBA

2010

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

1.1 INTRODUÇÃO	04
----------------------	----

1.1.1 Justificativa	06
---------------------------	----

1.2 METODOLOGIA	06
-----------------------	----

1.3 REVISÃO DE LITERATURA	07
---------------------------------	----

CAPÍTULO II

2.1 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	17
---------------------------------------	----

2.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
--------------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26
----------------------------------	----

ANEXOS	28
--------------	----

1.1 INTRODUÇÃO

Devido à participação do autor em diversas sindicâncias administrativas na instituição¹, sindicâncias estas muitas vezes para apurar denúncia envolvendo o gestor de Centros de Socioeducação, no que tange a ações consideradas antiéticas, causando nos demais servidores e mesmo aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação nestes centros, imensos transtornos, como angústia, sentimentos persecutórios, medo de prejuízo profissional, sofrimentos emocionais, entre outros, atentou-se para a necessidade de estudos mais aprofundados sobre fatores que determinam o envolvimento do gestor em tais situações.

Entende-se por Centros de Socioeducação ou CENSEs, as unidades de atendimento da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude que executam as medidas socioeducativas privadas de liberdade preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, através de Programa de Internação aos Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, podendo atender adolescentes até 21 anos incompletos, que estejam em conflito com a lei. Estão articulados entre si e com os demais equipamentos da rede, programas e regimes de atendimento, permitindo o funcionamento orgânico do sistema de justiça juvenil. Segundo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE as bases do Programa são definidas por sua concepção arquitetônica através de projeto arquitetônico que oferece um ambiente seguro humanizador e seguro, concepção sociopedagógica voltada para o processo educativo pleno, integral, transformador e emancipador, dinâmica funcional que busca a formação de uma comunidade educativa responsável e comprometida com o processo educativo do adolescente, e definição de equipamentos e materiais a partir de uma estrutura adequada ao cumprimento de sua finalidade, como: alojamentos, salas de aula, oficinas, ginásio de esportes, cancha de areia, área de convívio familiar, área de saúde,

1 O autor é Pedagogo e trabalha na Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SECIJ na Coordenação Estadual do Programa Semiliberdade e tem participado de comissões de sindicâncias desta Secretaria.

serviços de apoio, área administrativa e monitoramento da segurança.

Este Programa objetiva desenvolver nos adolescentes as competências de ser e de conviver de modo a contribuir para a construção do seu projeto de vida oportunizando o desenvolvimento do protagonismo juvenil, promover o atendimento dos adolescentes através de ações socioeducativas, zelar por sua integração física, moral e psicológica, preparando-o para o convívio social, como pessoas cidadãos e futuro profissional.

Para este pesquisador, desvelar estes fatos foi um desafio complicado de se realizar, principalmente no que toca a inconsistência e falta de dados contidos na coleta efetuada, mas por outro lado um grande desafio intelectual em mostrar aos interessados pela temática, as dificuldades dos gestores do sistema em abordar de maneira aberta e clara as fragilidades do processo de gestão pública, onde questões, principalmente políticas, estão envolvidas. Para tal estudo, emergem algumas questões preliminares. De que forma se constrói o entendimento que este gestor tem da temática ética? Como se dão as ações gestoras no dia a dia da instituição? Como se busca aplicar os parâmetros éticos nos espaços de atividade profissional pelo gestor na relação com os demais servidores e adolescentes internos, visando à efetivação da proposta socioeducativa? Estas foram algumas das perguntas a que este trabalho procurou responder.

Com este propósito o autor pretendeu desvelar, a partir de dados coletados com os gestores, a compreensão que este tem da temática ética, bem como da aplicação dos fundamentos e parâmetros da ética no dia a dia do processo gestor objetiva-se com tal estudo verificar se, dentro das condições institucionais disponibilizadas, o gestor consegue efetivar a proposta socioeducativa preconizada nos Cadernos do IASP².

Para tal utilizou-se como instrumento na pesquisa de campo, questionário que foi respondido por gestores dos Centros Socioeducativos do estado do Paraná, de maneira a compreender, a partir de questões objetivas sobre o seu entendimento da temática ética, bem como as condições concretas que a instituição lhe fornece para a efetividade

2 Os Cadernos do IASP (Instituto de Ação Social do Paraná) constituem-se em material didático-pedagógico desenvolvido com o propósito de orientar as equipes da SECJ, quanto da Proposta político-pedagógica-institucional. São eles em número de cinco com os seguintes títulos: Compreendendo o Adolescente, Práticas de Socioeducação, Gestão de Centros de Socioeducação, Rotinas de Segurança e Gerenciamento de Crises nos Centros de Socioeducação.

da proposta socioeducativa do CENSE. Foram feitas as devidas análises dos dados coletados para se obter o entendimento sobre as questões objetivadas com a pesquisa. Buscou-se o aporte teórico de autores, principalmente contemporâneos, que pudessem servir de embasamento para a referida análise.

1.1.1 Justificativa

A escolha deste tema prende-se à constatação, através do trabalho profissional desenvolvido nesta área pelo autor deste estudo, da necessidade da compreensão e apropriação da temática ética nas instituições para a tomada de decisões, por parte dos gestores, visando a efetividade da proposta socioeducativa, em decorrência de frequentes situações de conflito, que ocorrem no dia a dia de um Centro de Socioeducação.

Com o aparecimento destas situações, envolvendo gestores de Centro de Socioeducação-CENSE, através de denúncias de possível assédio moral, perseguições diversas, entre outras, verificadas nas diversas sindicâncias administrativas presididas pelo autor, se faz necessário detectar, a partir da análise das respostas ao questionário proposto (Anexo), referente a ação e ao entendimento do gestor aos parâmetros éticos na ação gestora de um Centro de Socioeducação, em prol da execução da proposta socioeducativa, conforme o preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente, SINASE³ e Cadernos do IASP.

1.2 METODOLOGIA

Neste estudo foram utilizados procedimentos de coleta de dados através de questionário, como método prático para obter as informações necessárias ao entendimento de como o gestor de um CENSE compreende e aplica no seu dia-a-dia, nas relações profissionais, os princípios e parâmetros éticos, confrontados estes

3 O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) aprovado em 2006, consiste num conjunto de princípios, regras e critérios, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida.

resultados e provocando a análise e a reflexão, com as teorias conhecidas do tema.

Constou do questionário uma breve conceituação de ética e duas questões respondidas pelos gestores, sendo estas:

- 1) Em que medida o conceito anterior se efetiva na sua prática cotidiana? Em caso afirmativo ou negativo, comente e exemplifique com situações concretas vivenciadas.
- 2) As condições institucionais para a efetivação do conceito do item anterior estão garantidas no seu cotidiano? Em caso afirmativo ou negativo, comente e exemplifique.

Foi aplicado o instrumento de coleta de dados proposto a 06 (seis) Diretores de Centros de Socioeducação o que equivale ao universo de 30% de todas as unidades socioeducativas do Estado do Paraná.

1.3 REVISÃO DE LITERATURA

A proposta do autor em discutir metodologicamente o lugar da ética na ação gestora dos Centros de Socioeducação, e analisar de que forma o gestor se apropria dos conceitos éticos, mediante a compreensão de seus princípios e da importância do tema para o desempenho das funções que a gestão exige, requer a análise bibliográfica sobre a evolução do conceito de diferentes autores no decorrer da história da humanidade, buscando construir um lastro conceitual e ideológico ao presente trabalho e, assim fundamentar a análise e o entendimento dos dados obtidos através do instrumento aplicado no trabalho de campo.

Para alcançar este intento é necessário inicialmente uma retomada histórica sobre o que é ética, a distinção entre ética e moral e o pensar ético de filósofos como Sócrates, Aristóteles e Platão, passando por Kant até os contemporâneos Habermas e Chauí.

Primeiramente, com a leitura dos filósofos clássicos, há a necessidade de se perceber a existência de elos que ligam os conceitos de Ética defendidos por Sócrates – a noção que basta saber o que é o Bem para praticá-lo – por Platão – segundo o qual é essencial conhecer a Idéia Geral do Bem – e por Aristóteles – para quem o Bem

equivale à moderação das paixões. Todos os três estabelecem como fonte da Ética à noção que a Felicidade – entendida no sentido mais amplo da eudaimonia – era a recompensa dos virtuosos. Esta felicidade que fala Aristóteles (2001) na obra *Ética a Nicômaco* não consiste em uma alegria momentânea nem em uma euforia efêmera, mas sim em um estado duradouro de satisfação (BORGES, 2002).

Segundo Sperber, esta ética de Aristóteles (2001) propunha:

“... um programa comparável de multiplicação e dispersão das avaliações fundamentais colocadas sob signo da virtude. A Ética a Nicômaco desenvolve-se à maneira de um vaivém entre a virtude e as virtudes, a saber, o caráter de *mediedade* de meio escarpado e justo – que separa em cada virtude um excesso de uma falta (SPERBER, 2003: 594).”

E nesta concepção de virtude, Aristóteles (2001) explica que para os atos serem realizados de modo justo,

“...é preciso ainda que o próprio agente esteja numa determinada disposição quando o realiza; em primeiro lugar ele deve saber o que faz; a seguir, escolher livremente o ato em questão, e escolhê-lo visando a esse mesmo ato; e, em terceiro lugar, cumpri-lo numa disposição de espírito firme e inflexível (ARISTÓTELES, 2001).”

Os três filósofos dialogam principalmente com os sofistas, responsáveis pela outra resposta a esta questão – segundo a qual todo princípio ético e moral era mera convenção, desprovida de significado em si (VERGNIÈRES, 1999). Os mesmos buscarão então constituir uma Teoria Ética que parte das premissas que, de um lado, existe uma Ética objetiva e de outro que o homem só pode ser feliz se seguir estes princípios (ABRÃO, 1999). O tratamento dado ao tema, contudo, varia em cada autor pela interação destas premissas gerais com a teoria mais geral segundo cada um deles interpreta o mundo.

Sócrates tem o mérito de introduzir a discussão sobre o homem na Filosofia de forma sistemática, defendendo a posição que mais do que as forças da natureza, o homem deveria ser o objeto das reflexões. Ainda que esta reflexão tenha sido impulsionada por necessidades bastante concretas – em especial de responder aos

sofistas – isto não lhe retira o mérito de trazer o cidadão ao centro do debate (ABRÃO, 1999).

A essência da Ética Socrática é o poder libertador do verdadeiro conhecimento confrontado com a hipocrisia. É através deste conhecimento, crê Sócrates, que cada indivíduo é capaz de um dia chegar à compreensão do que é o Bem, conhecimento que por si só tem efeito transformador tanto de quem o adquire como da sociedade na qual ele vive (ABRÃO, 1999).

Note-se que a genialidade de Sócrates está em produzir uma resposta aos sofistas, mas que também enfrenta os tradicionalistas – oposição que se reflete nos dois grupos de acusação que levam ao julgamento do sábio. Por detrás deste ataque em duas frentes está a percepção que os velhos valores não podem ser restaurados sem que impere esta hipocrisia que ele tanto condena, é preciso, isto sim, constituir novos valores objetivos para além das convenções (ABRÃO, 1999).

Partindo dos mesmos pressupostos de Sócrates, Platão avança no sentido de buscar uma definição concreta para esta Ética objetiva, definindo aquilo que Sócrates não ousou definir. Seu conceito de que seria a Idéia geral de Bem que precisava ser buscada é uma reconstrução adequada à sua noção deste mundo como um reflexo do mundo das idéias, acessível apenas aos dotados de um raciocínio filosófico avançado (COTRIM, 2000).

Deste conceito ele extrai tanto a necessidade de uma classe de Guardiães – dirigentes absolutos escolhidos pelo mérito e mantidos puros por uma rotina ascética desligada dos interesses materiais – como um projeto de sociedade destinada a exercer o maior grau possível de controle sobre os cidadãos. Ao mesmo tempo em que ele advoga que alguns indivíduos seriam bons mesmo sem a coação, proclama a necessidade de uma estrutura social no qual a vida privada está limitada ao mínimo – ou a nada no caso dos Guardiães que tem todas as atividades em comum (COTRIM, 2000).

A dualidade entre o bem comum e o bem individual – essência da Ética – torna-se, com Aristóteles, totalmente descolada. Enquanto Platão advoga uma sociedade ideal na qual os dois conjuntos de interesses são mantidos juntos à força, Aristóteles tenta

pensar uma sociedade na qual as instituições – baseadas numa análise das paixões humanas – tentam harmonizar estes sentimentos básicos dos seres humanos de forma a produzir o melhor resultado possível (BORGES, 2000).

Em outras palavras, enquanto Sócrates formula o problema, Platão tenta criar uma Ética Ideal que molde os homens a viver na virtude, enquanto Aristóteles busca uma Ética do Possível, que não despreze as paixões humanas – ignoradas por Platão para quem o homem é uma tábula rasa na qual qualquer coisa pode ser escrita – mas antes as oriente pelo caminho da ponderação até a maturidade racional do equilíbrio (DURANT, 1996).

A partir de Sócrates e dos sofistas, a investigação sobre a natureza foi deixada em segundo plano e revelaram-se as primeiras questões relativas à vida social para a filosofia (VERGNIÈRES, 1999).

Através dos sofistas caímos no chamado relativismo ou subjetivismo que Protágoras bem elucida ao expressar: “O homem é a medida de todas as coisas” (DURANT, 1996).

Sócrates discordando dos sofistas sustentou que existe um saber universal e válido que decorre da essência humana daí se pode conceber a fundamentação de uma moral universal.

Ao enunciar sua máxima: “Conhece-te a ti mesmo” traduz que o essencial a todos é a alma racional. “O homem é, essencialmente razão”. E deve ser por esta que deve fundamentar as normas e os costumes morais (CHAUÍ, 1985).

Por tal razão a ética socrática é racionalista, daí a alegação socrática de que quem age mal, o faz por ignorância do que é bem e do que é a essência humana (DURANT, 1996).

Platão e Aristóteles desenvolveram o racionalismo ético iniciado por Sócrates. Platão apurou ainda mais a distinção entre corpo e alma. Argumentava Platão que o corpo por ter sede de desejos e paixões muitas vezes desvia o homem de seu caminho para o bem, defendeu a necessidade de purificação do mundo material, sensível para enfim ser capaz de galgar a Idéia de Bem (PLATÃO, 1964).

Mais tarde, sem o dualismo agudo e acirrado entre corpo e alma, Aristóteles desenvolveu também uma ética racionalista e mais realista onde enxerga como fim último do homem a felicidade. Todos nós indistintamente buscamos ser felizes. A felicidade se encontraria na vida teórica e mais precisamente na razão (VERGNIÈRES, 1999).

O homem que se desenvolveu no plano teórico, contemplativo pode compreender a essência da felicidade e realizá-la de forma consciente. Isso seria privilégio da minoria, o homem comum aprenderia somente através do hábito a agir corretamente (CHAUÍ, 2003).

Tanto em Platão como em Aristóteles, a ética está vinculada à vida política (polis). Aliás, Aristóteles se refere mesmo à ética como sendo ramo da política, já que a primeira trataria do bem-estar individual, enquanto a segunda trataria do bem comum (ARISTÓTELES, 2001).

No Iluminismo os filósofos passam a defender que a moral deve ser fundamentada não em valores religiosos e sim na compreensão sobre a natureza humana. A concepção mais expressiva é a natureza racional que se encontra em Kant, centrada na noção de dever (KANT, 1993).

Partindo das idéias da vontade e do dever, Kant conclui então pela liberdade do homem, cujo conceito não pode ser definido cientificamente, mas que tem de ser postulado sempre, sob pena de o homem se rebaixar a um simples ser da natureza. Kant também reflete, é claro, sobre a felicidade e sobre a virtude, mas sempre em função do conceito de dever. É famosa, na obra de Kant, sua formulação do chamado “imperativo categórico”, nas palavras: “Age de tal modo que a máxima da tua vontade possa valer sempre ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal” (KANT, 1993). - Kant reconhece que esta é apenas uma fórmula, porém ele, que gostava tanto das ciências e que não tinha a intenção de criar uma nova moral, estava apenas preocupado em fornecer-nos uma forma segura de agir. Sua ética é, pois, formal, - alguns até dirão formalista. Ora, o nosso pensador alemão, com seu imperativo categórico, nos forneceu, na prática, um critério para o agir moral. Se queres agir moralmente, (isto é, para Kant, racionalmente,) - o que aliás tu tens de fazer - age então

de uma maneira realmente universalizável. Pois aqui está o segredo da ética kantiana: A universalização das nossas máximas é o critério (BORGES, 2002). *“O que Kant pretende demonstrar é que as distinções do valor moral, consideradas como distinções de móveis morais, não são invenções filosóficas, nem tampouco noções contra-intuitivas, mas que as admite como verdadeiras o próprio o senso moral comum”* (BORGES, 2002: 16).

A moral kantiana, de certo modo, também pressupõe um conceito de homem, como um ser racional que não é simplesmente racional. Portanto, um ser livre, mas ao mesmo tempo atrapalhado por inclinações sensíveis, que ocasionam que o agir bom se apresente a ele como uma obrigação, como uma certa coação, que a sua parte racional terá de exercer sobre sua parte sensível. O dever obriga, força-nos a fazer o que talvez não quiséssemos ou que pelo menos não nos agradaria, porque o homem não é perfeito, e sim dual. Mas o dever, quando nos força, obriga a fazer aquilo que favorece a liberdade do homem, porque o homem é um ser autônomo, isto é, sua liberdade, no sentido positivo, consiste em poder realizar o que ele vê que é o melhor, o mais racional. Poder realizar significa: causar por vontade própria um efeito no mundo, ao lado das causas naturais que pertencem, como diz Kant, (à maneira newtoniana,) ao mecanismo da natureza. O homem, neste sentido, é legislador e membro de uma sociedade ética: é legislador porque é ele que vê o que deve ser feito, e é membro ou súdito porque obedece aos deveres que a sua própria razão lhe formula. Neste sentido, ele não tem um preço, mas uma dignidade, e é por isso que a segunda fórmula do imperativo categórico diz para agirmos de modo a não tratar jamais a humanidade, em nós ou nos outros, tão-somente como um meio, mas sempre pelo menos também como um fim em si (BORGES, 2002).

Conforme RUSS (1999) a filosofia ética contemporaneamente provoca um despertar axiológico, ético e político onde *“As mutações de nossa época, porque são grávidas de perigos, mas também de esperanças, exigem um renascimento ético, que está em via de se cumprir”* (RUSS, 1999: 171).

A reflexão ética contemporânea se desdobrou numa série de concepções distintas sobre o que seja moral e sua fundamentação que se recusam em sua grande parte a ter base exterior, transcendental para moralidade, que centrada no próprio homem situa a origem dos valores e das normas morais (ABRÃO, 1999). Ou seja:

“O pensamento ético contemporâneo se confunde com esta exigência de sabedoria. Parte da reconquista de uma razão prática de um tipo inédito, vinculada ao consenso universal (Habermas) e a de uma responsabilidade total, excluindo toda reciprocidade. Existe aí uma tentativa de re-fundação radical, constitutiva de nosso tempo. A busca de uma ética válida para a humanidade no seu conjunto...” (RUSS, 1999: 172).

A ética que se desenvolveu a partir da análise da linguagem teve em Jurgen Habermas um de seus maiores representantes.

Desenvolve elementos de uma ética discursiva fundada no diálogo e no consenso entre os sujeitos. O que se busca no diálogo é a razão que, tendo sido reconhecida pelos participantes do diálogo, que serviria de base última para a ação moral (OLIVEIRA, 1996).

O conceito de razão em Habermas (é a razão comunicativa) que é inacabada, mas se constrói a partir da argumentação. É uma razão interpessoal e não mais subjetiva; é uma razão processual, não definitiva e não acabada (OLIVEIRA, 1996).

É necessário o diálogo livre, sem constrangimentos assim a ética de Habermas é uma aposta na linguagem e na capacidade de entendimento entre as pessoas na busca da ética universal baseada em valores válidos e aceita por consenso (OLIVEIRA, 1996).

Habermas parece assumir posições mais abstratas que o próprio Kant, em nome de uma conquista teórica no âmbito cognitivo dos juízos morais, passando a admitir limites intransponíveis de aplicação para a ética discursiva. Segundo Habermas, há a necessidade da reformulação da ética Kantiana. Esta reformulação da questão da universalidade, em termos pragmáticos, determinará um recuo da atividade filosófica, no campo da ética, a uma atividade modesta:

Ao conceito estreito de moral deve corresponder uma compreensão modesta da teoria moral. É sua incumbência explicar e fundamentar o moral *point of view*. Pode-se assinalar e confiar à teoria moral a tarefa de esclarecer o nó universal de nossas instituições morais e de refutar, assim, o ceticismo axiológico. Além disso, ela deve, no entanto, renunciar a contribuições substanciais próprias (...). O

filósofo da moral não dispõe de um acesso privilegiado às verdades morais (Habermas, 1991: 30).

Como toda teoria moral de inspiração Kantiana, a ética do Discurso proposta por Habermas (1989) tem quatro atributos fundamentais: é deontológica, cognitivista, formalista e universalista. Embora estes atributos estejam intimamente interligados, aqueles que oferecem maior potencial de diálogo imediato com as ciências sociais são os dois primeiros, na medida em que seriam constitutivos mesmo do fato moral enquanto tal. Isto é, o caráter obrigatório das normas, por um lado, e a crença dos atores sociais na possibilidade de justificar estas normas, por outro, parecem ser características gerais da vida ética onde quer que ela tenha lugar. (HABERMAS, 1989)

De acordo com o próprio Habermas (1989), desde Hegel o formalismo e o universalismo das teorias morais de orientação Kantiana têm sido criticados por implicarem num processo de abstração, ou de distanciamento do substrato substantivo do fato moral, de tal ordem que o sentido mesmo da eticidade e das máximas analisadas acabaria sendo totalmente esvaziado.

Para Habermas (1991), ao mesmo tempo em que a ética do Discurso permite um melhor equacionamento de problemas de legitimidade e equidade, a investigação sociológica destes problemas permite uma articulação mais palpável entre questões de moralidade e eticidade assim como sugerida (mas pouco desenvolvida) no plano das tentativas de "fundamentação" filosófica da ética do Discurso (OLIVEIRA, 1996).

A ética do Discurso tem como objeto primordial o universo da moralidade, em sentido Kantiano, e, como tal, se orienta por uma delimitação precisa de seu raio de ação.

Isto é, como Kant os autores que defendem esta perspectiva pregam uma separação radical entre questões de ordem normativa e questões de ordem valorativa em sentido estrito, onde apenas as primeiras fariam parte do campo da moralidade enquanto fenómeno filosófico ou social. Deste modo, a ética do Discurso privilegia o estudo do que é direito, correto, ou justo, mais na linha da tradição das teorias do "dever moral", em oposição aos aspectos valorativos da vida boa (ou do viver bem) que preocupavam a tradição que remonta a Aristóteles e São Tomás (HABERMAS, 1989).

Contudo, se a ética do Discurso compartilha a definição de seu objeto de estudo com os contratistas e mantêm os quatro atributos fundamentais que são comuns às demais teorias da moral de inspiração Kantiana, sua estratégia de fundamentação é significativamente diferente e abre novas perspectivas para as pretensões de validade dos estudos sobre a moral e a eticidade. Neste contexto, o esforço mais sistemático de fundamentação da ética do Discurso foi realizado por Jürgen Habermas (1989).

Em seu empreendimento, Habermas procura, inicialmente, discutir a pretensão de validade normativa no âmbito da teoria da argumentação, para depois estabelecer um princípio de universalização do qual deriva o princípio de argumentação moral, que faça às vezes do imperativo categórico Kantiano para a ética do Discurso (HABERMAS, 1989).

“Ora, pensar não seria, fundamentalmente, comunicar? É no princípio de comunicação, na linguagem e na intercompreensão, que a ética contemporânea, a de Habermas, vai descobrir o solo da ética, posto que a comunicação transparente fornece o paradigma de uma moralidade preocupada com proceder através de reciprocidade e da ausência de violência” (RUSS, 1999: 56).

Para a filósofa Marilena Chauí (1985) a ética se refere à educação do caráter dos indivíduos em vista da felicidade, da vida justa e livre que para os gregos, só era possível como vida política. A moral vem do latim, *mores*, significando os costumes estabelecidos por uma sociedade, como normas, regras e valores que determinam os costumes estabelecidos de seus membros, esclarece Chauí que a ética seria a ação comunicativa por excelência, tendo como pré-condições:

- a) A disposição verdadeira dos interlocutores não são mentir e sempre dizer a verdade;
- b) A disposição sincera dos interlocutores de ouvirem-se uns aos outros, sem usar a violência;
- c) A disposição sincera dos interlocutores de serem imparciais, aceitando mudar de opinião e de posição quando reconhecerem que a opinião ou disposição alheia são mais verdadeiras, mais corretas ou mais justas do que as suas.

Segundo Chauí, o senso e a consciência moral dizem respeito a valores, sentimentos, intenções, decisões e ações referidas ao bem e ao mal e ao desejo de

felicidade. Dizem respeito às relações que mantemos com os outros e, portanto, nascem e existem como parte de nossa vida intersubjetiva (CHAUÍ, 2003: 432).

Mediante este senso moral, proferimos juízo de valor aos fatos cotidiano que nos afetam, seja direta ou indiretamente. Este juízo, que podemos chamar de juízo ético de valor, exprimem normas que determinam o dever ser de nossos sentimentos, nossos atos, nossos comportamentos. São juízos que enunciam obrigações e avaliam intenções e ações segundo o critério do correto e do incorreto.

“Para que haja conduta ética é preciso que exista o agente consciente, isto é, aquele que conhece a diferença entre bem e mal, certo e errado, permitido e proibido, virtude e vício. A consciência moral não só conhece tais diferenças, mas também reconhece-se como capaz de julgar o valor dos atos e das condutas e de agir em conformidade com os valores morais, sendo por isso responsável por suas ações e seus sentimentos e pelas conseqüências do que faz e sente” (Chauí, 2003, 434).

Para Chauí (2003) o sujeito ético ou moral, capaz de emitir estes juízos, só pode existir se preencher as seguintes condições:

- ser consciente de si e dos outros, isto é, ser capaz de reflexão e de reconhecer a existência dos outros como sujeitos éticos iguais a ele;
- ser dotado de vontade, isto é, de capacidade para controlar e orientar desejos, impulsos, tendências, sentimentos (para que estejam em conformidade com a consciência) e de capacidade para deliberar e decidir entre várias alternativas possíveis;
- ser responsável, isto é, reconhecer-se como autor da ação, avaliar os efeitos e conseqüências dela sobre si e sobre os outros, assumi-la bem como às suas conseqüências, respondendo por elas;
- ser livre, isto é, ser capaz de oferecer-se como causa interna de seus sentimentos, atitudes e ações, por não estar submetido a poderes externos que o forcem e o constringam a sentir, a querer e a fazer alguma coisa. A liberdade não é tanto o poder para escolher entre vários possíveis, mas o poder para autodeterminar-se, dando a si mesmo as regras de conduta.

Os valores morais que impulsionam o sujeito ético, por sua vez, modificam-se na História porque seu conteúdo é determinado por condições históricas. Comprova-se a

determinação histórica do conteúdo dos valores, através da apresentação das virtudes morais definidas nas diferentes épocas e apresentadas pelos autores já anteriormente vistos.

A ética, desde então, tornou-se um dos assuntos mais lembrados ao se falar em negócios, política e relacionamentos humanos. Isto diz respeito ao posicionamento ético ou moral das pessoas.

Em face das conquistas tecnológicas atuais, a ética está mais do que nunca presente aos debates a respeito do comportamento humano.

O estudo da ética é sempre necessário em decorrência da necessidade das pessoas orientarem seu comportamento de acordo com a nova realidade que se vislumbra diariamente na vida social. Já que ser ético pressupõe fazer o que tem de ser feito dentro dos critérios aceitos pelo grupo humano.

Diante do exposto, pode-se concluir que a temática requer um profundo mergulho em sua significação, por parte do gestor de centros socioeducativos, para que de forma significativa possa aplicá-la no seu dia a dia, através da ação gestora, visando a efetividade da proposta socioeducativa e que esta ação venha ao encontro dos parâmetros éticos necessários e exigido pela instituição.

CAPÍTULO II

2.1 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Com a obtenção do retorno de todos os seis questionários, devidamente respondidos pelos gestores (diretores) dos Centros de Socioeducação (CENSE) previamente escolhidos pelo autor e, a partir da análise dos resultados dos dados coletados, pôde ser verificado o entendimento destes a cerca da temática proposta e provocada.

Em que pese o diretor do CENSE estar subordinado hierarquicamente a superintendência de Medidas Socioeducativas da Secretaria de Estado da Criança e da

Juventude, superintendência esta subordinada a Diretoria Geral que, por sua vez, tem como chefia imediata a própria Secretária do Órgão, possui sob sua responsabilidade uma heterogênea equipe multidisciplinar composta de técnicos de nível superior, educadores sociais, bem como auxiliares administrativos e de manutenção. Portanto acaba por ser responsável por toda a dinâmica cotidiana (interna e externamente) do trato com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e também das demais ações administrativas pertinentes. Como as chefias deste gestor estão alocadas na Administração Central, estabelecida na capital do estado, os Diretores por estarem alocados nos diversos CENSEs distribuídos por várias regiões do Estado, adquirem uma ampla autonomia administrativa para gerir o Centro sob sua responsabilidade e competência.

Para efetuar a análise pretendida, mesmo que sintética, houve a necessidade de contextualização e aporte teórico na filósofa contemporânea Marilena Chauí, já abordado e, é a partir deste referencial que se passou a tratar os resultados coletados.

Devido aos limites temporais encontrados para a elaboração deste presente trabalho e da intencionalidade de se fazer uma abordagem quantitativa deste estudo, optou-se por definir o horizonte de trinta por cento de gestores de CENSE do estado, conforme já informado em item anterior.

Com relação aos dados coletados, nas respostas à questão 1, a respeito da efetividade do conceito “ética” na prática cotidiana do gestor, foram apontados:

Respondente 1 – “A proposta pedagógica..., visa, dentre outros aspectos, destacar a participação do adolescente na elaboração de uma nova proposta de vida após o seu desinternamento, através do PPA (Plano Personalizado de Atendimento). Nesta direção procura-se entender que sempre é melhor ensinar as virtudes do que condenar os vícios. A responsabilização do adolescente pelo ato cometido não leva a equipe a rotulá-lo e sim a mostrar-lhe novas perspectivas de convívio social e comunitário.”

Convém destacar que houve certo tangenciamento na abordagem da temática por parte do gestor, pois deixa de abordar a sua própria ação gestora neste processo, focando apenas na proposta pedagógica ao adolescente, de sua responsabilização e da atribuição à equipe em mostrar, a este adolescente, novas perspectivas. Não deixa,

portanto, claro o seu verdadeiro entendimento sobre a questão e como este age para efetivá-la.

Já o Respondentes 2 e 4, respectivamente, em suas manifestações escritas:

“Todo gestor tem que ter iniciativa para propor novas ações e analisar ações que são executadas, discuti-las coletivamente e decidir baseado nos princípios e valores que considera corretos para o exercício da profissão, mesmo que a decisão contrarie a vontade da maioria, caso esta maioria venha reproduzindo práticas contrárias aos preceitos legais, as normativas internas ou simplesmente sejam contrários a mudança.” e “...podemos afirmar categoricamente que todos se incluem em nossa prática socioeducativa, pois é impossível desvinculá-los do cotidiano, avaliando que o processo educativo é agir consciente, com a finalidade de contribuir para uma vivência social, pautada por valores e ditames legais. Assim, quando atuamos diretamente com adolescentes, necessitamos ter interiorizado os valores/leis, pois esta conduta é perceptível quando buscamos que venham a sedimentar novas proposições,,,”

Vemos no discurso de ambos o entendimento claro da responsabilidade do gestor na condução das ações pautado nos valores considerados por eles como éticos e pautadas na legalidade, o que segundo Chauí *“Para que haja conduta ética é preciso que exista o agente consciente”* (2003: 433), consciência dos valores e de suas responsabilidades, também legais da função que ocupam.

O Respondente 3 aborda a questão dos próprios valores e condutas necessários na relação com o outro,

“...as regras de conduta não devem ser utilizadas apenas na vida profissional, mas também na vida pessoal. Logicamente não se comportando como o dono da verdade, mas sabendo que atitudes possuem consequências, por isso devem ser bem pensadas. No caso deste Centro de Sócio Educação, a situação concreta existe desde a relação interpessoal com os educandos...”.

Este discurso vem ao encontro de Chauí (2003: 431), quando esta afirma que *“O senso e a consciência moral dizem respeito a valores, sentimentos, intenções, decisões e ações referidos ao bem e ao mal e ao desejo de felicidade. Dizem respeito às relações que mantemos com os outros e, portanto, nascem e existem como parte de nossa vida intersubjetiva”*.

O Respondente 5 apela para a necessidade de uma postura ética e ser o exemplo para os demais. *“O papel do gestor de uma unidade socioeducativa é o próprio exemplo*

prático das questões acima citadas.” ; “O cotidiano exige uma postura ética integral na resolução dos problemas e nas ações propostas.”

Na abordagem do respondente 5, este destaca a necessidade da utilização dos parâmetros e valores éticos devido ao caráter social do trabalho socioeducativo:

“Não obstante as regras e os princípios da Administração Pública, na gestão de um Centro de Socioeducação, creio que tais exigências e parâmetros éticos, tornam-se ainda mais prementes devido à execução de uma política pública de caráter social totalmente ímpar, cujos objetivos principais estão pautadas na segurança social (da comunidade afetada), na reinserção social e no respeito à dignidade e aos direitos humanos (do adolescente que cometeu o ato infracional).”

E ainda ao afirmar que:

“Tais peculiaridades afetam constantemente a dinâmica de funcionamento do Centro de Socioeducação devido ao descrédito no funcionamento do sistema, a falta de reconhecimento público do operador do sistema, a cultura de prisionalização estabelecida, que não raras vezes afeta o quadro funcional invertendo os objetivos da medida socioeducativa, onde o servidor que deveria ser o polo direcionador da ação acaba por aculturar-se e institucionalizar-se adotando práticas não só antiéticas como passíveis de responsabilização administrativa e criminal, tanto para com a Administração Pública, como para com o público atendido.”

Estas citações têm no entendimento de Chauí (2003) que: *“O estudo da ética é sempre necessário em decorrência da necessidade das pessoas orientarem seu comportamento de acordo com a nova realidade que se vislumbra diariamente na vida social. Já que ser ético pressupõe fazer o que tem de ser feito dentro dos critérios aceitos pelo grupo humano.”*

Com relação aos exemplos de situações concretas vivenciadas pelos gestores entrevistados, no que diz respeito a efetivação da proposta socioeducativa levando-se em conta os conceitos éticos, não verificou-se nas respostas significativos exemplos de ações gestoras realizadas, ou não foi devidamente clarificada qual a relevância ou intensidade destas ações nos dias a dia do trabalho socioeducativo . Entretanto observou-se em algumas respostas, indícios de que isto ocorre. Alguns exemplos informados foram:

“todas as questões referentes aos adolescentes exigem uma avaliação individual, desde uma troca de alojamento, a aplicação de uma medida disciplinar até uma saída com uso de algemas; nas quais deve-se avaliar questões éticas e socioeducativas.” ; “Entendimento dos sofrimentos gerados pela privação de liberdade e atuação no sentido de minimizar tais sofrimentos transformando o ambiente de privação de liberdade num ambiente humanizado e potencializador da emancipação do adolescente.”; “Reconhecimento do adolescente enquanto ser histórico e social, de sua dignidade e direitos humanos geracionais, de sua situação peculiar de desenvolvimento e da prioridade absoluta da qual são credores.”; “Mediação e solução de conflitos estabelecidos entre a equipe, entre equipe e adolescentes e entre equipe e Administração Central” ; “Garantia da Participação de todos os servidores nos processos de condução da Unidade, a fim de estabelecer uma gestão participativa e democrática,” e “Atendendo à todos, sem distinção, com respeito, cortesia e alegria”, é importante destacar que apenas dois respondentes forneceram exemplos, conforme solicitado.

Nas respostas à questão 2, se as condições objetivas para a efetivação dos conceitos éticos no dia a dia são garantidas pela instituição, dando exemplos, temos:

Na opinião do Respondente 1, tais condições não são integralmente garantidas:

“Temos algumas deficiências que dificultam alguns aspectos da efetivação de um trabalho socioeducativo com maior excelência, dentre estas está a desarticulação da rede externa à unidade, que interfere diretamente na complementação da Medida Socioeducativa iniciada no Cense e que deve ter continuidade na comunidade para onde o adolescente é encaminhado; assim a falta deste aporte interfere diretamente nas escolhas que o adolescente fará para sua vida em comunidade.”

Para o Respondente 5, estas condições são pautadas pelo próprio gestor, sem necessariamente depender da instituição esta garantia: *“As condições objetivas institucionais são pautadas pelo próprio gestor, que é a pessoa que tem por função garantir um trabalho profissional e ético, oportunizando espaços de discussão e colegiado.”*

Os demais Respondentes consideram que as condições necessárias são disponibilizadas:

“Sim. Valorização dos profissionais através da implantação de idéias que possibilitem a melhor execução da prática socioeducativa, possibilitando as essas pessoas a capacidade e autonomia de gestão perante determinado grupo na realização de uma tarefa específica, ou seja, valorizar a própria atividade dos servidores. Sancionar administrativamente as práticas funcionais que contrariem as leis pátrias, normas internas e etc, através da abertura de sindicância e avaliação em estágio probatório, demonstrando ao grupo as condutas que não são aceitas, evitando que haja contrariedade da ação individual perante a ação coletiva. Reuniões periódicas para a análise da nossa prática socioeducativa.”; “Sim estão garantidas, enquanto gestor tenho tido apoio dos superiores em decisões não tão agradáveis, mas para o bem da unidade, do Estado e em

consequência do bem comum.” ; “Consideramos que estão garantidas, visto que estão embasadas na necessidade primordial da coerência, onde as orientações se tornam presentes e eficazes. Para que se alcance este patamar, se faz necessário que os socioeducadores sejam sujeitos presentes e comprometidos com a função. Assim, estão sempre abertos canais de comunicação, que ocorrem através de reuniões sistemáticas e orientações individuais, entre outras alternativas que favoreçam a integração e a troca de experiências. A transparência e a confiabilidade são outros instrumentos que devem permear o cotidiano institucional tanto com os funcionários como com as adolescentes. Estando norteados por estes conceitos e buscando cada vez mais o aprimoramento, isto é, não permanecer estáticos, estar ciente que mudanças são positivas e que podemos buscar o ideal, trará somente benefícios para o cumprimento da tarefa que consiste em educar cidadãos.”

Nesta questão, percebeu-se que o teor das respostas encaminhadas pelos cinco gestores (Respondentes 1, 2, 3, 4 e 5) acima analisadas, não foram, conforme era o desejado, esclarecedoras. Não houve por parte destes Respondentes a preocupação em abordar o tema proposto de maneira reveladora de seu entendimento quanto ao papel da administração central da instituição em fornecer as condições necessárias para as ações destes na gestão dos Centros de Socioeducação. Aparentemente houve deliberada intenção por parte dos gestores em não se expor perante a pesquisa. Impressão que se pode inferir devido a economia de informações prestadas por estes gestores através do presente instrumento de coleta de dados.

Por outro lado revelou-se através das respostas do Respondente 6 que este se propôs a apontar questões relevantes ao esclarecimento da temática proposta, abordando-as de uma maneira responsavelmente crítica que forneceu interessantes subsídios a este pesquisador para que pudessem ser desvelados alguns aspectos da relação da gestão central para com a gestão do CENSE.

Os apontamentos críticos feitos foram em sua maioria, referentes à Administração Central, mas também ao Judiciário, aos Servidores, as Unidades, bem como aos próprios Gestores.

Na resposta fornecida pelo gestor (Respondente 6) sobre a questão referente as condições objetivas para a efetivação dos parâmetros éticos no cotidiano deste, as seguintes citações:

“Não completamente, devido às seguintes limitações: Falta de infra-estrutura e espaços físicos adequados as necessidades dos adolescentes, dos servidores no uso de suas atribuições e à legislação vigente; Constantes pressões para que seja realizado atendimento aos adolescentes em número superior à capacidade de atendimento prevista; Quantidade de servidores em desacordo

com as necessidades dos adolescentes e do bom andamento da instituição; Insumos e materiais insuficientes; Relações de poder e disputas de ego no âmbito da Administração Central; Existência de interesses privados e de autopromoção por parte de servidores da Unidade e na Administração Central; Desrespeito, por parte da Administração Central, às avaliações, diagnósticos, apontamentos e demandas apresentados pelo Gestor da Unidade; Desresponsabilização, por parte da Administração Central, no tocante às suas competências, e transferência de responsabilidades ao Gestor da Unidade de questões que não são de sua competência; Dificuldade da Administração Central em separar público e privado; Gestão centralizadora por parte da Administração Central; Uso, por parte da administração central de instrumentos não institucionais e/ou de caráter pessoal, bem como de “soluções caseiras” ou “jeitinhos” para questões técnicas, administrativas e financeiras; Manipulação, pressões e ameaças indiretamente proferidas ao Gestor da Unidade; Desrespeito da Administração Central para com dos direitos fundamentais dos adolescentes em cumprimento de privação de liberdade; Irregularidades administrativas com o intuito de auto-proteção ou de proteção à “parceiros” da Administração Central; Cultura institucional herdada do Antigo Código de Menores e arraigada no presente da Unidade; Tentativas de transferência, por parte do Ministério Público, Poder Judiciário e Delegacia do Adolescente, de responsabilidades que lhes são cabidas à Equipe da Unidade; Determinações emitidas pelo Poder Judiciário, com conteúdo meramente cartorial e sem efeitos práticos positivos para o adolescente; Falta de interesse e respeito pelas ações públicas e pelo próprio trabalho realizado, por parte de alguns servidores da Unidade ; “Certeza de impunidade” por parte de alguns servidores e gestores, violadores de direitos e mal administradores que acaba por retro-alimentar, reproduzir e difundir comportamentos anti-éticos e anti-profissionais.”

Das 19 itens citados pelo Respondente 6 para a pergunta 2 relativa às limitações da instituição para o atendimento das referidas condições objetivas, 14 são afetas à Administração Central, o que denota uma responsabilidade direta desta pelo não atendimento pleno ao gestor, naqueles parâmetros éticos que a presente pesquisa buscou apurar.

Percebe-se nestes itens relacionados uma verdadeira delegação de responsabilidades por parte da Administração Central ao gestor da Unidade socioeducativa, em tal medida que fazem o autor desta pesquisa inferir que a Administração Central apresenta falhas em não proporcionar aos gestores e mesmo às Unidades, condições estruturais, de recursos humanos, e de equipamentos imprescindíveis à efetivação da proposta socioeducativa.

De outra forma obteve-se nas indicações do Respondente 6, críticas ao Judiciário e Ministério Público pelas intervenções inadequadas no processo de execução das medidas socioeducativas, mesmo sendo esta de responsabilidade das Equipes do CENSE.

Também foram estendidas a alguns dos Servidores e Gestores dos Centros, críticas do referido Respondente por posturas inadequadas que segundo este *“acaba por retroalimentar, reproduzir e difundir comportamentos anti-éticos e anti-profissionais”*.

2.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, é oportuno afirmar que no campo socioeducativo, é imprescindível a conscientização do valor ético por parte dos agentes públicos responsáveis pela gestão do sistema de execução de medidas socioeducativas para o desenvolvimento do processo de humanização.

O que se percebe nesse campo, é que na função gerir uma proposta que visa educar e alterar a natureza humana é tornar os adolescentes melhores, neste caso sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento. Há a virtude cívica que é o fundamento do Estado; há a verdade como virtude essencial da ciência (episteme) e de toda a socioeducação; há a virtude do indivíduo que é múltipla: a solidariedade, a eticidade, a justiça, o bem, além do adestramento técnico-profissional, que visa “formar” o homem.

O bom Estado exige um bom cidadão e vice-versa, ou seja, um cidadão que saiba mandar e obedecer, orientado pelo fundamento da ética. Tudo isso é função da educação instrumentalizada pela práxis da virtude. A formação do caráter, da perfeição humana, deve ser levada a efeito desde cedo e a presença do(a) gestor(a) ético(a) é fundamental.

O Brasil dos excluídos, da violência e da dissolução cultural está a exigir de nossos(as) gestores(as) um constante exercício da reflexão ético-social e uma práxis ética e humanizadora.

Em considerando que os princípios que norteiam o modelo de gestão da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, atual denominação do órgão gestor da política de atenção ao adolescente em conflito com a lei, são a gestão pública de qualidade, democrática e descentralizada, verificamos na análise da presente pesquisa,

contradições apontadas pelos gestores de Centros de Socioeducação, no tocante as ações desenvolvidas no cotidiano das Unidades socioeducativas, bem como referente às condições concretas fornecidas a estes gestores, pela Administração Central, para a efetivação de uma proposta de trabalho pautada na ética e valores morais.

O diretor do Centro de Socioeducação, enquanto dirigente orientador da comunidade socioeducativa, tem o compromisso de construir e manter, sob a égide dos princípios éticos, o grupo integrado, de tal maneira que se dê atenção às regras, aos objetivos e às tarefas determinadas e, como tal, não pode abdicar de proceder adequadamente com postura ética e moralmente aceitável, conforme exige as relações construídas no campo profissional, principalmente em se tratando de espaço público.

De tal maneira a Administração Central não pode também se eximir de suas responsabilidades no processo da gestão pública, pois o sucesso desta precede se assumir compromissos e de compartilhar de responsabilidades.

Neste contexto, os resultados obtidos a partir da análise do discurso destes gestores apontam, apesar das contradições encontradas e anteriormente relatadas, para uma real preocupação com o agir ético no cotidiano do CENSE, entretanto, careceu de um maior empenho por parte da maioria dos Respondentes em fornecer os dados necessários ao esclarecimento de como se dá de fato estas questões pesquisadas no cotidiano da gestão.

Carece aos próximos pesquisadores aprofundar a análise nos aspectos éticos e seus desdobramentos na ação socioeducativa dos gestores, objeto do presente trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ABRÃO, B. S. **História da Filosofia**, Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- ARENDT, H. **Condição Humana**. Trad. Celso Lafer. Florence: Editora Universitária (USP)
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. Mário Gama Kury, 4. ed., Brasília: UnB, 2001.
- BORGES, M. L.; DALL'AGNOL, D.; DUTRA, D. V. **Ética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CHAUÍ, M. FÉRES, O. C., SILVA, F. L. **Primeira Filosofia: lições introdutórias**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. **Introdução à história da filosofia dos pré-socráticos a Aristóteles**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.
- COTRIM, G. **Fundamentos da Filosofia**. 15. Ed., Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2000.
- DURANT, W. **A História da Filosofia**, Coleção Os Pensadores, São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- FREIRE, P. **Ética, Utopia e Educação**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GONDRA, J.; KOHAN W.(Org.) **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2006, p. 122.
- HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro/RJ: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. **Pensamento Pós-Metafísico: Estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Victor Civita, 1993.
- _____. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

OLIVEIRA, R. C. **Ensaaios Antropológicos sobre Moral e Ética**. Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1996.

PLATÃO. **A República**. Editora Calouste Gulbenkian, 1964.

_____. **O Julgamento de Sócrates**, in Sócrates. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

RUSS, J. **Pensamento Ético Contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 1999.

SPERBER, M. C. **Dicionário de Ética e Filosofia Moral**, Porto Alegre: Unisinos, 2003.

VALLS, A. L. M. O. **O que é ética** - 9º ed. São Paulo: Brasilense, 1994. (coleção primeiros passos: 177).

VERGNIÈRES, S. **Ética e política em Aristóteles: physis, ethos, nomos**. São Paulo: Paulus, 1999.

ANEXOS

Instrumento de Coleta de Dados aplicado a Gestores de Centros de Socioeducação: Questionário - sondagem de campo

Tema: Os parâmetros éticos na ação gestora de centros de socioeducação mediado pela proposta socioeducativa.

“Para que haja conduta ética é preciso que exista o agente consciente, isto é, aquele que conhece a diferença entre bem e mal, certo e errado, permitido e proibido, virtude e vício. A consciência moral não só conhece tais diferenças, mas também se reconhece como capaz de julgar o valor dos atos e das condutas e de agir em conformidade com os valores morais, sendo por isso responsável por suas ações e seus sentimentos e pelas conseqüências do que faz e sente.

Consciência e responsabilidade são condições indispensáveis da vida ética.” (Chauí, 2000)¹

“O campo ético é, assim, constituído pelos valores e pelas obrigações que formam o conteúdo das condutas morais, isto é, as virtudes. Estas são realizadas pelo sujeito moral, principal constituinte da existência ética.

O sujeito ético ou moral, isto é, a pessoa, só pode existir se preencher as seguintes condições:

- ser consciente de si e dos outros, isto é, ser capaz de reflexão e de reconhecer a existência dos outros como sujeitos éticos iguais a ele;
- ser dotado de vontade, isto é, de capacidade para controlar e orientar desejos, impulsos, tendências, sentimentos (para que estejam em conformidade com a consciência) e de capacidade para deliberar e decidir entre várias alternativas possíveis;
- ser responsável, isto é, reconhecer-se como autor da ação, avaliar os efeitos e conseqüências dela sobre si e sobre os outros, assumi-la bem como às suas conseqüências, respondendo por elas;

- ser livre, isto é, ser capaz de oferecer-se como causa interna de seus sentimentos, atitudes e ações, por não estar submetido a poderes externos que o forcem e o constringam a sentir, a querer e a fazer alguma coisa. A liberdade não é tanto o poder para escolher entre vários possíveis, mas o poder para autodeterminar-se, dando a si mesmo as regras de conduta.” (Chauí, 2000)¹

Caro Respondente,

Tomando por base de suas reflexões do trecho acima, responda as questões a seguir.

Questão 1:

Em que medida o conceito do item anterior se efetiva na sua prática cotidiana? Em caso afirmativo ou negativo, comente e exemplifique com situações concretas no seu cotidiano.

Questão 2:

As condições objetivas institucionais para a efetivação do conceito do item anterior estão garantidas no seu cotidiano? Em caso afirmativo ou negativo, comente e exemplifique.